AOS TRABALHADORES DA CARREIRA DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

É PRECISO DEFENDER A CARREIRA DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA!

O Governo pretende rever a carreira de investigação científica, a exemplo do que irá acontecer com outras carreiras e corpos especiais da Administração Pública. Contudo, daí não viria mal se por detrás desta revisão, não estivesse a intenção de pôr em causa o próprio regime de carreira, com o consequente direito à progressão e promoção e a estabilidade de emprego. No caso concreto da carreira de investigação científica, podemos dizer que o actual regime legal, garante no essencial estes objectivos pelo que, para além de melhorias, no que toca à avaliação e à agilização dos procedimentos concursais, melhor será que se mantenha tal como está.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, reuniu com a Secretária de Estado da Ciência, no passado dia 12, reunião pedida por esta Federação para discutir duas questões essenciais:

-A aplicação da Tabela Remuneratória Única(TRU), conforme o estipulado na Lei nº75/2014 e a necessária criação de uma tabela remuneratória adaptada às condições fixadas na LTFP (Lei nº35/2014);

-A revisão da carreira, cujos contornos tornados públicos, por pressupostos representantes dos investigadores, poderiam pôr em causa o futuro da mesma.

A APLICAÇÃO DA TRU

Sobre esta primeira questão, a Secretária de Estado da Ciência, que se encontrava assessorada pelo Secretário-Geral do MEC, comunicou que será no diploma de “revisão”da carreira que será contemplada a nova tabela, adaptada às normas da TRU.

Desde logo, reafirmámos a necessidade de este processo ser alvo de negociação colectiva com as estruturas sindicais representativas dos trabalhadores das carreiras de investigação científica, nos termos da LTFP.

A REVISÃO DA CARREIRA

Relativamente a esta questão, a nossa posição, transmitida à Secretária de Estado da Ciência, foi a seguinte:

-A revisão da carreira é um problema menor, na questão fundamental da situação da investigação científica pública em Portugal que contrariamente ao propalado pelo Governo, está em franco processo de regressão, com investimento mínimo e cortes orçamentais máximos, com precariedade prolongada e acentuada, com redução dramática do número de investigadores e técnicos de investigação, com extinção de cada vez mais laboratórios do Estado, diluídos nas Universidades, tudo a coberto da “excelência”, da “competitividade” e do “empreendedorismo”.

-Impõem-se, deste modo, medidas de reforço orçamental dos laboratórios do Estado, o fim do processo de extinção e de fusão a coberto do PREMAC, o recrutamento para a carreira de

novos investigadores, agilizando os procedimentos concursais e, pondo cobro à sucessiva contratação a prazo e às bolsas (assumidas como relação de trabalho).

-Por outro lado, a carreira de investigação científica deve manter o seu paralelismo com a carreira docente universitária, nomeadamente, no que toca às remunerações e ao sistema de avaliação.

-Simultaneamente, deverão ser tomadas medidas no sentido de assegurar o recrutamento para os laboratórios do Estado de técnicos de graus 2 e 3, de apoio à actividade de investigação científica, de que aqueles estão gravemente carenciados.

-Globalmente, o actual regime de carreira, deve ser mantido, porque responde às necessidades da carreira e se aplicado plenamente, sem restrições e impedimentos, resolverá aquilo que são os principais problemas laborais dos investigadores científicos: a progressão e promoção na carreira, a precariedade e a falta de pessoal.

A Secretária de Estado da Ciência que quis mais saber qual a nossa posição do que transmitir o que o Governo pretende fazer, ainda assim comunicou-nos que o processo de revisão da carreira é uma realidade a concretizar, mais tarde do que o por si desejado, já que há atrasos na definição do conteúdo do futuro diploma legal. Neste momento, existe uma versão do projecto, que não está consolidada e por isso não foi ainda remetida às organizações sindicais.

Adiantou, ainda assim, que continuará a manter-se o paralelismo entre as carreiras de investigação científica e de docente do ensino superior e que todo o projecto é construído no sentido “da dignificação da carreira”, questão que só poderemos confirmar quando recebermos o mesmo para análise e negociação.

Finalmente, transmitiu-nos que não sabe quando poderá remeter às organizações sindicais este mesmo projecto, dado os atrasos que se verificam na sua elaboração.

CONCLUSÕES A TIRAR

O Governo, representado pela Secretária de Estado da Ciência neste processo, depois de ter testado a reacção dos investigadores científicos quanto a determinadas medidas a adoptar, bem plasmadas nos documentos que circularam recentemente e que foram alvo de “amplo(?)debate” público, perante a reacção contrária e de contestação que, entretanto, já se fez sentir, manifestamente recuou.

Recuou, ao predispor-se, tão celeremente, a receber as organizações que, efectivamente, representam os trabalhadores da carreira de investigação científica, seja nos laboratórios do Estado, seja nas Universidades.

Recuou, com um discurso de muito maior cautela quanto a aspectos como, o da contratação a termo, o da alteração da estrutura da carreira e o das remunerações.

Tal facto, confirma que só com o empenho dos trabalhadores da carreira de investigação e carreiras de apoio, com a sua mobilização e a sua organização na nossa Federação, será possível defender os laboratórios do Estado, como suporte insubstituível da Investigação Científica em Portugal, defender as carreiras e o seu futuro, numa perspectiva de trabalho científico com direitos.

Lisboa, 13 de Novembro de 2014

A FNSTFPS